

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



HELENO (Júnior), Manuel Domingues (Monte Real/Leiria, 1894 – Lisboa, 1970)

Nasceu em Monte Real a 11 de Novembro de 1894, no seio de uma família abastada, onde se cruzavam proprietários fundiários, do lado paterno, com elementos ligados à indústria e ao comércio, da linha materna. Fez os seus estudos liceais em Leiria. Nessa cidade ajudará a fundar o jornal *Liz*, um quinzenário académico, onde publica os seus primeiros escritos. Em 1913, com o título “31-1-1891 - 31-1-1913” lembrava os “mártires” da revolta do “31 de Janeiro” no Porto, e dava vivas à República que, na sua opinião, conduziria o País ao “*progresso*” e ao “*ressurgimento nacional*”. Utilizando o *Liz* como a sua primeira tribuna haveria de aí publicar um conto, “Os Infames”, e de apelar à luta pela instrução, defendendo que seria a “*única alavanca*” que guindaria Portugal ao progresso e aos “*ideais modernos*”.

Manuel Heleno (MH) conclui em 1913 o curso liceal, e inicia nesse ano o curso de Direito, que acaba por abandonar, após completar o 2º ano, para se dedicar por inteiro ao estudo da História. Assim, matricula-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), completando em 1917 o bacharelato em Ciências Histórico-Geográficas. Registe-se que José Leite de Vasconcelos, a referência académica decisiva para Heleno, fora convidado, com a reorganização do Ensino Superior, em 1911, para Professor Extraordinário de Filologia Clássica, precisamente na FLUL, mas rapidamente passara a reger outras disciplinas. Além disso, será certamente por Leite de Vasconcelos ter sido o seu fundador em 1893, que o Museu Etnológico Português é integrado na FLUL por decreto de 16 de Agosto de 1913.

O interesse de MH pela disciplina de História é precocemente evidenciado, mesmo antes de se formar e iniciar a sua carreira de professor e investigador. Em 1918, ano em que contrai pneumónica e a troca epistolar com Leite de Vasconcelos se torna mais frequente, publica no jornal *O Mensageiro* duas séries de artigos: “Antiguidades de Monte-Real” e os “Paços de Monte-Real”. Estes estudos serão reunidos no *Arqueólogo Português* (1921-22), tendo sido considerados como monografias de história local de inegável qualidade por João Martins da Silva Marques, diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes primeiros textos de MH revelam familiaridade com as fontes arquivísticas que se encontravam na Torre do Tombo: Chancelarias régias, Coleção Especial, Livro dos Místicos, Tombo dos Bens do Almojarifado, Tombo dos Bens da Casa do Infante em Leiria, Livro dos Forais Novos - de onde extraiu cópia do foral de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Leiria de D. Sancho I, e do Dicionário Geográfico, a partir do qual transcreveu e analisou a memória paroquial de Monte-Real, datada de 1758. Anexou ainda à sua primeira monografia 17 documentos, transcritos na Torre do Tombo, e uma carta de confirmação de 1793, propriedade de um particular. Além de um notado sentido erudito e de uma sensibilidade de investigador apurada, MH demonstra preocupação em convocar para os seus estudos disciplinas como a Paleografia, a Diplomática, a Numismática, a Genealogia, a que aliava uma sólida atualização bibliográfica em áreas do saber como a Antropologia ou a Etnografia, capitalizando, dessa forma, os avanços extraordinários das ciências desde meados do Século XIX: na investigação histórica, na Geografia, na Antropologia, mas também na Geologia, Biologia, Química, Física, Paleontologia. Na onda da refundação identitária de Portugal que se segue ao Ultimato (1890), se Leite de Vasconcelos procurara através dos seus trabalhos definir e caracterizar o povo português, “*fixando a sua personalidade, determinando-lhe a sua genealogia*” (Manuel Heleno, “Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos”, 1960, p. 47), os trabalhos de MH vão de certa forma seguir o trilho que o Mestre abriu, remontando essas preocupações ao estudo da Pré-História.

Entretanto MH frequenta a cadeira de Numismática no curso de bibliotecário-arquivista, em 1918, e candidata-se à Escola Normal Superior. Após frequência do 1º e 2º ano nesta Escola, submete-se em 1919 ao Exame de Estado, para habilitação ao magistério liceal, com a dissertação “*A Geografia no ensino secundário*”. O trabalho é publicado nesse ano, tendo merecido de imediato uma apreciação muito favorável de Vicente Almeida d’Eça, professor da Escola Naval, que lhe dedica uma recensão crítica no *Boletim da Sociedade de Geografia*. A investigação focara-se no ensino da Geografia em Portugal e, numa perspetiva histórica, no contributo dos Descobrimientos portugueses para o progresso da “ciência geográfica”, tema a que voltaria recorrentemente mais tarde, sobretudo quando exercer a docência da cadeira de História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa, a partir de 1930. A dissertação espelhava o cruzamento entre a Geografia e a História, e as ideias pedagógicas do autor, que pensava o ensino secundário tendo em vista o desenvolvimento psicológico do aluno, que deveria aproveitar “*para isso as disciplinas que mais actuem na formação do espírito*”, lamentando, por outro lado, o elitismo do ensino.

O percurso académico de Heleno encontra-se inicialmente associado ao ensino liceal, como professor agregado no Liceu Camões (1922), e após um breve período no Liceu Gil Vicente, professor efetivo do Liceu Passos Manuel (1927). A carreira de docente na FLUL tem início paralelo ao ensino liceal, em 1923, com a nomeação, por proposta de Leite de Vasconcelos, para o cargo de professor assistente, passando em 1930 à categoria de professor auxiliar. Convivendo de perto com os professores Queiroz Veloso, David Lopes, Manuel Oliveira Ramos, MH inicia uma longa carreira como professor universitário, que lhe vai conferir uma experiência multidisciplinar, num sistema de ensino ainda dominado por uma tradição enciclopédica. Professor de alunos que se haveriam de distinguir no campo das ciências e das letras portuguesas: Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Borges de Macedo, Oliveira Marques, Farinha dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Santos, Bandeira Ferreira – Joaquim Veríssimo Serrão será seu 1º Assistente -, Heleno vai reger as cadeiras de Arqueologia, História de Portugal, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, Numismática, Esfragística, História da Antiguidade Clássica, História Medieval, Propedêutica da História, Paleografia, Diplomática, convidando professores estrangeiros a proferir conferências na FLUL (Henri Breuil, Bosh Gimpera).

Desde 1921 MH exercia as funções de conservador no Museu Etnológico Português, tendo substituído Leite de Vasconcelos, quando este atingiu o limite de idade, inicialmente como diretor interino, em 1929, e a partir de 1930, na categoria de professor auxiliar da FLUL, diretor efetivo, funções que manterá até à sua jubilação, em 1964. Refira-se que o decreto 16640 de 17 de Março de 1929 estabeleceria que cargo de diretor do Museu seria inerente do de professor catedrático ou auxiliar de Arqueologia da FLUL. A grande transformação do Museu Etnológico do “Dr. Leite de Vasconcelos” (nova designação atribuída em 1929) tem lugar na direção de MH, quer através do aumento das coleções, quer com a extensão da exposição permanente, a que se somou uma maior dinâmica das campanhas arqueológicas. Não deve ser esquecida a luta que é travada com a Marinha pelo controlo dos espaços no Mosteiro dos Jerónimos, quando para aí é transferido o Museu de Marinha, na década de cinquenta. A responsabilidade de substituir Leite de Vasconcelos na FLUL e no cargo de diretor do Museu Etnológico, pairará como um sombra ao longo da extensa vida académica e científica de MH. As críticas que lança ao trabalho do velho professor à frente do Museu, denunciando “*escavações precipitadas e incompletas*”, leva a que se esforce por afastar-se e autonomizar-se do legado do Mestre, mas, paradoxalmente, diz-se seu seguidor e admirador. Em 1932 MH apresenta ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, reunido em Lisboa, a comunicação intitulada “Colaboração portuguesa nos descobrimentos das outras nações”, e “Grutas Artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)”. No ano seguinte (1933), data do referendo da Constituição do Estado Novo, MH presta provas de doutoramento com a tese intitulada “Os Escravos em Portugal”. O tema teria surgido com o intuito de abordar e estudar a população de origem africana natural de Alcácer do Sal. Contudo, o estudo ganhara outro propósito: o de demonstrar as virtudes de Portugal, cujas “glórias ultramarinas”, no entender de Heleno, eram consecutivamente diminuídas por outras potências, e até difamadas, ao se propalarem ideias erradas, como a de que os portugueses seriam os “*criadores da escravidão moderna*”. Apoiado numa base documental apreciável, o arqueólogo-historiador concluía: “*que também não foram os portugueses os iniciadores do tráfico de negros.*” O sacerdote António Brásio não ficou indiferente a esta “tese”, enaltecendo os argumentos contidos no trabalho, que, no seu ponto de vista, provavam a iniquidade da ideia de que Portugal fora o iniciador do “*tráfico da carne humana*”. Nesse ano de 1933 MH é nomeado para a categoria de professor catedrático; publica ainda dois trabalhos sobre a presença portuguesa em África e os Descobrimentos: “Os Portugueses no Congo: Duarte Lopes”, e “Descobrimto da América”. Estes são estudos que se esforçam por dar consistência à defesa da prioridade portuguesa nos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Descobrimientos, encontrando-se a argumentação na esteira do Visconde de Santarém, relativamente à defesa dos direitos históricos de Portugal sobre as suas possessões ultramarinas. O papel do infante D. Pedro nos Descobrimientos foi outro dos temas que mereceu o interesse de MH. Criticando as ideias de Oliveira Martins e António Sérgio por, na sua opinião, diminuírem o duque de Coimbra, para favorecerem o infante D. Henrique, e utilizando métodos de trabalho que valorizavam mais o documento que a problemática, Heleno concluiu que D. Pedro não fora afinal adversário das navegações marítimas e comerciais. Será acompanhado por Vitorino Magalhães Godinho nesta visão dos Descobrimientos. Godinho esclarecerá mais tarde que MH fora um dos professores que estivera a seu lado, quando em 1944 é afastado da FLUL.

Quanto aos estudos no campo da Arqueologia, o interesse deste historiador- arqueólogo vai no sentido de investigar a Pré-História em território português, alargando dessa forma a investigação a períodos muito recuados, nos quais procurava os indícios da nação portuguesa. Esse foi o trabalho de uma vida. Para isso, refletiu sobre a Arqueologia, que defendia ser uma “*sciência histórica, absolutamente histórica, porque se ocupa das manifestações sociais dos povos*” (Heleno, 1930), utilizando aqueles que eram os métodos de escavação de vanguarda vigentes na Europa. MH valorizou, justamente, o método estratigráfico, recorreu ao método comparativo, incluindo as comparações etnográficas, deu importância ao método de datação absoluta pelo Carbono 14, poucos anos depois da sua descoberta nos Estados Unidos da América, e aplicou pela primeira vez em Portugal a prospeção subaquática, com recurso a mergulhadores, nas escavações em Tróia. No tocante à sua atividade científica neste campo de estudos, importa encetar uma linha interpretativa despida de subjetivismo, no sentido de se ultrapassar a representação de uma imagem negativa, em face do que terá sido um temperamento pouco amigável e irascível. Em primeiro lugar, deverá mencionar-se a sua notável atividade arqueológica (J. L. Cardoso, 1999, p. 154). Muito embora estando em curso uma reavaliação do trabalho de MH, nomeadamente através da aferição dos seus Cadernos de Campo, adquiridos pelo Museu Nacional de Arqueologia, e não deixando, uma vez mais, de se assinalar a necessidade duma reinterpretação dos seus projetos científicos, constata-se que tem sido feita alusão a uma suposta “*pesada herança*”, ilustrada pelos milhares de artefactos armazenados no Museu Nacional de Arqueologia, bem como um desbaratar de recursos e meios, a que se terá juntado uma incapacidade do historiador-arqueólogo para conferir correntemente um desenvolvimento à disciplina de Arqueologia, resultando infrutífera a sua tentativa de uma visão de síntese da Pré-História e da Antiguidade do território português (Carlos Fabião, 1999, p. 125). Deteta-se, na realidade, uma corrente crítica a respeito do legado científico de MH, que se foi impondo paulatinamente após a sua morte. Orlando Ribeiro, por exemplo, cita-o inicialmente numa das suas obras (Geografia e Civilização, 1961), referindo que o arqueólogo tinha à sua guarda “*material precioso infelizmente ainda inédito [...]*”; anos mais tarde o geógrafo não pouparia nas críticas ao trabalho de MH, mencionando: “*Paradoxalmente, o director do Museu Etnológico foi o maior*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

destruidor de sepulcros megalíticos, aterrando e misturando o que escavou, não fosse alguém verificar as suas explorações [...].” (Introduções Geográficas à História de Portugal, 1977, nota 19). A esta opinião não terá sido estranha a disputa entre os dois homens, vultos reconhecidos das ciências e das letras portuguesas do século XX, em torno da herança de José Leite Vasconcelos, de quem se consideravam, ambos, zelosos discípulos. Num artigo que Heleno publica em 1956, no *Arqueólogo Português*, em que faz um balanço dos seus vinte e cinco anos de trabalhos de arqueologia - em diferentes locais, mas com realce para a Estremadura e Alentejo -, encontra-se, segundo uma interpretação da sua atividade como arqueólogo, *“o mais extraordinário repositório de descobertas e considerações originais de índole arqueológica que até ao presente e em Portugal se devem a um só arqueólogo, trabalhando deliberadamente isolado.”* (J. L. Cardoso, “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, 1999, p. 154) Ora, essa capacidade de trabalho é atestada, refere esta análise, nos seus Cadernos de Campo, que registam escavações em diversas estações arqueológicas, para diferentes períodos. Acresce, que as investigações de MH sugerem inúmeras pistas, que permaneceram inéditas, tendo dado origem, por sua vez, a milhares de registos, ainda intactos, e desprovidos de qualquer estudo. E se em determinado momento esses dados não foram revelados, servem atualmente para jovens investigadores trilharem o caminho que deixou em aberto, como nos ilustra o caso de Tróia – campanhas levadas a cabo a partir de 1947, com o professor Heleno a liderar uma equipa constituída por elementos do Museu Etnológico e da FLUL- nos estudos sobre “A necrópole romana da Caldeira” e as “Termas de Tróia”. De forma similar se apresenta o estudo do megalitismo funerário, com mais de 300 dólmenes explorados, principalmente no Alentejo, que se apresentam atualmente como *“um manancial de informação manifestamente subaproveitada, sobretudo por se encontrarem, em grande parte, inéditas [...].”* (Leonor Rocha, 2005, p. 1). Um trabalho recente (*Fotobiografia de Manuel Heleno*, 2013) refere que o seu espólio documental e bibliográfico veio a dar origem, até ao momento, a mais de meia centena de teses de licenciatura, mestrado e doutoramento. Em concordância com José Leite de Vasconcelos, sustentava MH que a *“evolução de parte da indústria e da arte rupestre mostrava a persistência das populações primitivas”* do território português, possuindo estas, culturas próprias e identitárias, materializadas nos dólmenes e castros. Para além disso, entendia que o quadro étnico do país remontava ao Calcolítico. E admitia que a ideia de “Lusitânia”, que Garcia de Resende (1470 -1536) já aludira, se conservara intacta e presente no espírito do povo português, desde a Idade Média, facto ilustrado na Crónica da Conquista de Lisboa, datada de 1147, atribuída a Osberno. MH não concordava com existência de afinidades negroides e australóides entre os povos dos concheiros de Muge, enquanto o antropólogo Mendes Correia (1888-1960) preconizava uma certa influência do elemento africano no homem português; Heleno argumentava que tinha sido a vertente europeia do Cro-Magnon, Combe-Capelle e Chancelade que, ao eliminarem o Homo de Neandertal, constituía o traço da etnia portuguesa. Numa entrevista ao Diário de Notícias, a 28 de Março de 1932, MH



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

alude às escavações de Ciborro, Montemor-o-Novo e Carenque, afirmando que “A *nacionalidade portuguesa como agregado humano, possuidor de uma unidade moral, está definida, perfeitamente, desde os tempos da pedra polida.*” A seu ver, as posições que tinham assumido Alexandre Herculano e Oliveira Martins enformavam de erros pela confusão entre “*Estado e Nacionalidade*”. Não era para estranhar esta tomada de posição, numa fase em que o nacionalismo do Estado Novo se consolidava. Para Heleno interessava, principalmente, o quadro cultural que havia precedido a construção política do Estado português. A disputa com Mendes Correia perpassa na entrevista ao diário matutino. Apesar de comungarem das mesmas simpatias políticas, os dois professores animavam um debate científico, que em certos pontos descambava para ataques pessoais, que tenderiam a agravar-se no início de 1933, no seguimento da promulgação do decreto nº 2117, de 18 de Abril de 1932, que regulamentava pela primeira vez as escavações arqueológicas em Portugal. Recorrendo a um parecer de Leite Vasconcelos, MH reverteu o novo regulamento a seu favor, o que lhe conferiu, como diretor do Museu Etnológico, amplos poderes para autorizar, indeferir, promulgar ou suspender trabalhos arqueológicos. Alguns investigadores, entre os quais Mendes Correia, consideravam despropositados tais competências, por isso dirigiram uma carta ao ministro da tutela. Ao que tudo indica, esta polémica, encontrando-se em jogo o papel do Museu Etnológico e o futuro da investigação arqueológica em Portugal, num novo quadro institucional, levou a que certos arqueólogos, como Afonso do Paço (1895-1968) e Eugénio Jalhay (1891-1950), não entregassem os espólios das suas campanhas Museu. O conflito acabará por envolver Abel Viana (1896-1964) e os investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal. Interessa antes mais nada destacar que se está perante um período muito singular no desenvolvimento da Arqueologia portuguesa. As intervenções de Vergílio Corrêa (1888-1944), em Conímbriga, nas décadas de trinta e quarenta do século XX, os trabalhos de Mendes Correia, Abel Viana e Eugénio Jalhay, entre outros, assim como as centenas de escavações de MH em Tróia, Coruche e no Alentejo, dominam por completo o panorama arqueológico português. MH é um dos discípulos mais próximos de Leite de Vasconcelos, e dispõe, sem margem para dúvidas, como diretor do Museu Etnológico, de um poder assinalável sobre a prospeção e investigação arqueológica em Portugal, a partir de 1929. Repare-se que, atestando a preocupação do Estado para com a preservação do património cultural, ainda que numa perspetiva nacionalista, e o enquadramento da atividade arqueológica, nascia naquele ano de 1929 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e no ano seguinte a Junta Nacional de Escavações, Antiguidades e Numismática.

Há quem defenda que MH dispôs de uma diminuta influência junto dos meios de decisão política (C. Fabião, “Um século de Arqueologia em Portugal I”, 1999, p. 125), a par de um comportamento reservado e algo ensimesmado. O certo é que como Vice-Presidente da Academia Portuguesa de História, o arqueólogo integrou a Câmara Corporativa, como procurador, na VIII (1961-1965), IX (1965-1969) e X (1969-1973) Legislaturas – a última somente um ano – até à sua morte, o que tem sido esquecido. Por seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

turno, uma suposta diminuta influência política de MH não impediu a sua notada ação na fundação de diversas instituições, caso do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia da FLUL, do Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos do Instituto de Alta Cultura, de que foi respetivamente, presidente e diretor, e da revista *Ethnos*. Lembre-se, igualmente, os cargos administrativos que ocupou na Universidade, nomeadamente o de Secretário, de 1935 a 1939, e de Diretor da FLUL (1959-1964). Para além disso, foi vogal da Junta de Escavações Arqueológicas, do Conselho Superior das Belas-Artes, da Junta Nacional de Educação, e membro de diferentes instituições e associações científicas, entre as quais se destaca a Academia Portuguesa de História, a Sociedade de Geografia, o Instituto de Arqueologia, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e a Real Academia de la Historia de Madrid.

MH faleceu a 23 de Agosto de 1970. Da sua preenchida vida académica e científica ficou uma herança que ainda não se encontra completamente estudada, e de permeio a memória de um percurso recheado de polémicas e controvérsias intelectuais e pessoais, a que muito se terá ficado a dever a tentativa de construir um percurso próprio, ao mesmo tempo que sacudia a sombra do seu mentor e mestre, José Leite de Vasconcelos. É de relevar o seu papel como professor universitário e historiador- arqueólogo, muito embora se deva salientar a sua reduzida obra publicada. Como diretor do Museu Etnológico do “Dr. José Leite de Vasconcelos”, atribuiu um cunho definitivamente arqueológico às suas coleções, enquanto enriquecia o espólio do Museu, o qual lhe ficou a dever mais de metade do seu atual acervo.

Bibliografia ativa: *A Geografia no Ensino Secundário*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919; *Os Escravos em Portugal*, I, Lisboa, Anuário Comercial, 1933; “Lição Inaugural da cadeira de Arqueologia: Ano lectivo de 1926-1927”, *O Archeologo Português*, Vol. XXIX (1930-1931), pp. 1-2; *Subsídio para o estudo da regência de Dom Pedro, duque de Coimbra*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1933; “O culto do machado no calcolítico português”, *Ethnos*, vol. II, 1952, pp. 461-464 “Notas sobre algumas estações da época Lusitano-romana”, *Archeologo Português*, Lisboa, Nova série, 1953; “Um quarto de século de investigação arqueológica”, *Archeologo Português*, nova série III, Lisboa, 1956, pp. 221-232; “Notas sobre algumas estações lusitano-romanas”, *Archeologo Português*, série II, 3,1956, pp.247-249; “Consolidação e Restauro dos Mosaicos de Conimbriga”, *Archeologo Português*, série II,3,1956, pp.253-255; “O problema capsense: contribuição portuguesa para a sua revisão”, *Ethnos*, vol. III, 1958, pp. 493-494; “Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos”, in José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958), Lisboa, Imprensa Nacional, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1960, pp. 47-75; “A villa Lusitano-romana de Torre de Palma”, *Archeologo Português*, Lisboa, Nova série, 4, 1962; “Em defesa do património arqueológico da Nação”, *Ethnos*, vol. V, 1966, pp. 539-558.

Bibliografia passiva: ABRAÇOS, Maria de Fátima, “Para a História da Conservação e Restauro do

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Mosaico Romano em Portugal. Manuel Heleno e a equipa de restauro de mosaicos do Opificio delle Pietre Dure de Florença”, *Arqueólogo Português*, série IV, volume 22, 2004; ALMEIDA, João Pedro Lopes, *A necrópole romana da Caledeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Orientação de Carlos Fabião, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008; CASTELO-BRANCO, Fernando, “Subsídios para o Estudo da Actividade Científica de Manuel Heleno”, *Ethnos*, nº 7, 1970, pp. 5-30; CARDOSO, João Luís, “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Al-Madan*, Série II, nº 8, 1999, pp. 138-156; IDEM, Luís Raposo, Nuno Bicho e Carlos Fabião (edição), *Manuel Heleno: Pioneiro do Ensino e da Investigação Arqueológica em Portugal (1923-1964), Suplemento 8 - O Arqueólogo Português*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013; FABIÃO, Carlos, “Um século de Arqueologia em Portugal I”, *Al-Madan*, série II, nº 8, 1999, pp. 104-106; IDEM, Uma História da Arqueologia Portuguesa: das origens à descoberta da Arte do Côa, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2011; GAGO, Alice Borges; Carla Martinho e Luís Raposo, *Manuel Heleno. Fotobiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2013; MARTINS, Ana Cristina, “Mendes Correa, Manuel Heleno and Portuguese Archaeology during the Estado Novo. Two names. Two cities. Two perspectives One nationalism”, *Archaeologia Polona*, vol. 47, 2009, pp. 155-178; ROCHA, Leonor, *As Origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*, Tese de Doutoramento em Pré-História, Orientação de Victor S. Gonçalves, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2005; VERDASCA, Ana Cristina Lopes, *As Termas de Tróia: documentação escrita e materiais do Museu Nacional de Arqueologia*, Mestrado em Arqueologia, Orientação de Carlos Fabião, Lisboa, FLUL, 2010.

Carlos Manuel Valentim



APOIOS:

